

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

MANUAL DOS **RECURSOS PENAIIS**

4ª edição
revista, atualizada e ampliada

De acordo com
a Lei Anticrime

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial
Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Chrisley Figueiredo

Adaptação da capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Badaró, Gustavo Henrique
Manual dos recursos penais / Gustavo Henrique Badaró. -- 4. ed. rev.,
atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-087-2

1. Processo penal 2. Recursos (Direito) I. Título.
20-37500 CDU-347.955:343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos : Direito processual penal
347.955:343.1(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À QUARTA EDIÇÃO.....	7
NOTA DO AUTOR À TERCEIRA EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO.....	11
UMA JUSTIFICAÇÃO E UMA HOMENAGEM	13

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS.....	31
1.1. Conceito de recurso	31
2. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	35
2.1. Recursos de devolução plena e parcial.....	35
2.2. Recursos de fundamentação livre e vinculada	36
2.3. Recursos ordinários e extraordinários	36
3. FUNDAMENTO DOS RECURSOS: O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO ...	39
3.1. Fundamento psicológico dos recursos.....	39
3.2. Fundamento político dos recursos.....	39
3.3. O fundamento jurídico dos recursos	40
3.4. Conteúdo do duplo grau de jurisdição	44
3.5. O direito de recorrer nas declarações internacionais de Direitos Humanos	46
3.6. Direito ao recurso: conteúdo segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	50
3.7. A eficácia da regra do art. 8.2.h da CADH e do art. 14.5 do PIDCP.....	54
3.8. O recurso e a reconstrução histórica do fato.....	59
3.9. Duplo grau em matéria de fato e renovação da instrução em segundo grau.....	64

3.9.1. A solução espanhola	66
3.9.2. A solução italiana.....	69
3.10. Duplo grau de jurisdição e a competência originária dos tribunais	71
3.11. Proposta para uma leitura do duplo grau de jurisdição: direito ao recurso do acusado, para um controle epistêmico da presunção de inocência.....	74
4. A VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS.....	83
4.1. O denominado recurso <i>ex officio</i>	84
4.1.1. Recurso de ofício da sentença que absolve sumariamente o acusado no procedimento do Júri.....	87
4.1.2. Recurso de ofício da sentença que concede <i>habeas corpus</i>	88
4.1.3. Recurso de ofício da decisão de reabilitação	88
4.1.4. Recurso de ofício da Lei de Economia Popular.....	89
5. PRINCÍPIOS RELATIVOS AOS RECURSOS	93
5.1. Taxatividade.....	93
5.1.1. Cabimento de recurso contra decisão juridicamente inexistente	93
5.2. Unirrecorribilidade das decisões.....	97
5.3. Fungibilidade recursal	99
5.3.1. Variabilidade.....	104
5.4. Dialeticidade	106
5.5. Disponibilidade.....	108
5.6. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	109
5.7. Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	111
5.7.1. A proibição de <i>reformatio in pejus</i> indireta	114
5.7.1.1. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no Tribunal do Júri.....	116
5.7.1.2. A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no caso de nulidade por juiz constitucionalmente incompetente.....	119
6. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO.....	121
6.1. Juízo de admissibilidade	121

6.1.1.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal	121
6.1.2.	Objeto do juízo de admissibilidade recursal	123
6.1.3.	Resultado do juízo de admissibilidade recursal	125
6.2.	Juízo de mérito recursal	127
6.2.1.	Competência para o juízo de mérito recursal	127
6.2.2.	Objeto do juízo de mérito recursal	128
6.2.3.	Resultado do juízo de mérito recursal	128
7.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAIS	131
7.1.	Cabimento	131
7.2.	Legitimidade	131
7.2.1.	Legitimados gerais: as partes.....	133
7.2.2.	Legitimados especiais	135
7.3.	Interesse.....	139
7.3.1.	Interesse recursal do Ministério Público.....	141
7.3.2.	Interesse recursal do acusado	143
7.3.2.1.	Interesse do acusado em recorrer no caso de extinção da punibilidade.....	144
7.3.3.	Interesse do ofendido.....	148
7.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	148
7.4.1.	Fatos impeditivos.....	149
7.4.2.	Fatos extintivos.....	155
7.4.2.1.	Desistência	155
7.4.2.2.	Deserção	158
7.5.	Tempestividade	164
7.5.1.	Prazo e termo inicial do prazo: distinções	165
7.5.2.	Intimações eletrônicas e o termo inicial dos prazos.....	167
7.5.3.	Intimação do Ministério Público	169
7.5.4.	Termo <i>a quo</i> do prazo recursal	173
7.6.	Regularidade formal.....	176
8.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	183
8.1.	Efeito devolutivo.....	184

8.1.1.	Extensão da matéria devolvida	186
8.2.	Efeito suspensivo	190
8.3.	Efeito regressivo.....	196
8.4.	Efeito extensivo	197
8.4.1.	A natureza do art. 580 do CPP	198
8.4.2.	Da necessidade do <i>simultaneus processus</i>	199
8.4.3.	Da aplicação analógica do art. 580 em processos distintos ...	201
9.	DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	205
9.1.	Da apelação ordinária	206
9.2.	Da apelação sumária e do recurso em sentido estrito	212
9.3.	Da atuação da Procuradoria de Justiça nos tribunais	214
9.4.	A conversão do julgamento em diligência	215
9.5.	A decisão colegiada: votação e discussão do acórdão.....	217
9.6.	A decisão colegiada: deliberação.....	222
9.7.	A apuração do resultado: empate na votação	224
9.8.	A apuração do resultado: dispersão de votos	227
10.	O PROBLEMA DO DIREITO INTERTEMPORAL	231
10.1.	Normas processuais penais e o direito intertemporal	234
10.2.	Natureza das normas sobre Recursos e o direito intertemporal	235

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

11.	APELAÇÃO	247
11.1.	Noções gerais.....	247
11.2.	Requisitos de admissibilidade.....	248
11.2.1.	Cabimento	248
11.2.1.1.	Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição.....	248
11.2.1.2.	Das decisões definitivas ou com força de definitivas	249
11.2.1.2.1.	O conceito de decisões com força de definitiva e as medidas cautelares reais	252

11.2.1.3. Das sentenças do Tribunal do Júri	253
11.2.1.3.1. Nulidade posterior à pronúncia.....	254
11.2.1.3.2. Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	254
11.2.1.3.3. Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança...	255
11.2.1.3.4. Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	256
11.2.2. Legitimidade	262
11.2.3. Interesse.....	263
11.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	264
11.2.4.1. Renúncia ou desistência	265
11.2.4.2. Recolher-se à prisão para apelar	265
11.2.5. Deserção	265
11.2.6. Tempestividade	266
11.2.7. Regularidade formal.....	269
11.2.7.1. As razões recursais.....	270
11.3. Procedimento.....	272
11.3.1. Formação do traslado	273
11.4. Efeitos da apelação.....	274
11.4.1. Efeito devolutivo.....	274
11.4.2. Efeito suspensivo	278
11.4.3. Efeito regressivo.....	283
11.4.4. Efeito extensivo	283
12. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	285
12.1. Noções gerais.....	285
12.2. Requisitos de admissibilidade.....	286
12.2.1. Cabimento – CPP, art. 581	286
12.2.1.1. Rejeição da denúncia ou queixa	287
12.2.1.2. Concluir pela incompetência.....	288
12.2.1.3. Julgar procedentes as exceções, exceto de suspeição	289

12.2.1.4. Pronunciar o acusado	290
12.2.1.5. Decisões sobre prisão e liberdade provisória	290
12.2.1.6. Declaração ou rejeição do pedido de extinção da punibilidade	292
12.2.1.7. Sentença que concede ou nega <i>habeas corpus</i>	293
12.2.1.8. Anula o processo no todo ou em parte	294
12.2.1.9. Denegar a apelação ou julgá-la deserta	295
12.2.1.10. Ordenar a suspensão do processo por questão prejudicial	295
12.2.1.11. Decidir incidente de falsidade documental	296
12.2.1.12. Recusa à homologação de acordo de não persecução ...	296
12.2.1.13. Decisões sobre pena e medida de segurança	296
12.2.1.14. Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV)	297
12.2.2. Legitimidade	299
12.2.3. Interesse	299
12.2.4. Ausência de fato impeditivo ou extintivo	299
12.2.5. Tempestividade	300
12.2.6. Regularidade formal	301
12.3. Procedimento	302
12.3.1. Formação do instrumento	303
12.3.2. Juízo de retratação e o recurso invertido	306
12.4. Efeitos do recurso em sentido estrito	309
13. EMBARGOS INFRINGENTES	311
13.1. Noções gerais	311
13.2. Embargos infringentes e de nulidade do CPP	312
13.2.1. Cabimento	312
13.2.2. Legitimidade e interesse	316
13.2.3. Tempestividade	316
13.2.4. Regularidade formal	318
13.2.5. Procedimento	319
13.2.6. Efeitos dos embargos infringentes	319

13.3	Embargos infringentes perante o STF	322
13.3.1.	Cabimento	324
13.3.2.	Legitimidade e interesse.....	326
13.3.3.	Tempestividade	326
13.3.4.	Regularidade formal.....	326
13.3.5.	Procedimento.....	326
13.3.6.	Efeitos dos embargos infringentes	328
14.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	331
14.1.	Noções gerais.....	331
14.2.	Requisitos de admissibilidade	333
14.2.1.	Cabimento	333
14.2.1.1.	Ambiguidade e obscuridade	334
14.2.1.2.	Contradição.....	334
14.2.1.3.	Dúvida.....	336
14.2.1.4.	Omissão.....	337
14.2.1.5.	Erros materiais e erros evidentes	339
14.2.2.	Legitimidade e interesse.....	342
14.2.3.	Tempestividade	342
14.2.4.	Regularidade formal.....	343
14.3.	Procedimento.....	344
14.4.	Efeitos dos embargos de declaração	347
14.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos.....	350
14.6.	Embargos de declaração meramente protelatórios.....	354
14.7.	Julgamento dos embargos de declaração.....	356
15.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	359
15.1.	Noções gerais.....	359
15.2.	Requisitos de admissibilidade	360
15.2.1.	Cabimento	360
15.2.2.	Legitimidade e interesse.....	362
15.2.3.	Tempestividade	362
15.3.	Procedimento.....	363

15.4. Efeitos da carta testemunhável	366
16. CORREIÇÃO PARCIAL	369
16.1. Noções gerais	369
16.2. Requisitos de admissibilidade	370
16.2.1. Cabimento	370
16.2.1.1. Cabimento em matéria criminal	373
16.2.2. Legitimidade	375
16.2.3. Tempestividade	376
16.3. Procedimento	376
16.4. Efeitos da correção parcial	379
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	381
17.1. Noções gerais	381
17.2. Regime jurídico do recurso extraordinário e do recurso especial no processo penal	385
17.3. Requisitos de admissibilidade dos recursos	389
17.3.1. Cabimento	389
17.3.1.1. O conceito de “questões de direito”	390
17.3.1.2. O conceito de “decisão de única ou última instância”	392
17.3.1.3. Órgão que proferiu a decisão	393
17.3.1.4. O conceito de “causas decididas”	394
17.3.1.5. O prequestionamento	394
17.4. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	399
17.4.1. Contrariar dispositivo da Constituição	399
17.4.2. Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal ...	404
17.4.3. Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição	405
17.4.4. Julgar válida lei local contestada em face de lei federal	406
17.4.5. A repercussão geral da questão constitucional	407
17.4.5.1. A repercussão geral: relevância econômica, política, social ou jurídica	409
17.4.5.2. Repercussão geral em matéria penal	414

17.5. Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	418
17.5.1. Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	418
17.5.2. Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	422
17.5.3. Dissídio jurisprudencial.....	422
17.6. Legitimidade.....	425
17.7. Interesse.....	425
17.8. Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	426
17.8.1. Deserção pela falta de preparo.....	427
17.8.2. Desistência.....	428
17.9. Regularidade formal.....	429
17.10. Tempestividade.....	434
17.10.1. Contagem do prazo em dias úteis ou dias corridos.....	435
17.10.2. Contagem do prazo em dobro no caso de litisconsortes.....	436
17.11. Procedimento.....	437
17.11.1. Da fungibilidade entre recurso especial e extraordinário....	440
17.12. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos....	441
17.13. Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal.....	454
17.14. Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	460
17.14.1. Efeito devolutivo.....	460
17.14.2. Efeito suspensivo.....	461
17.14.3. Efeito regressivo e efeito extensivo.....	464
18. AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	465
18.1. Noções gerais.....	465
18.2. O CPC e a unificação do regime do agravo em recurso especial e extraordinário.....	466
18.3. Requisitos de admissibilidade.....	467
18.3.1. Cabimento.....	467
18.3.1.1. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de repercussão geral.....	467

18.3.1.2. Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de recursos repetitivos	469
18.3.2. Legitimidade e interesse.....	470
18.3.3. Ausência de fato impeditivo.....	471
18.3.4. Tempestividade	471
18.4. Procedimento.....	472
18.5. Efeitos do agravo.....	473
19. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	477
19.1. Noções gerais.....	477
19.2. A unificação do regime dos Embargos de Divergência no CPC	478
19.3. Requisitos de admissibilidade.....	481
19.3.1. Cabimento	481
19.3.1.1. Características do acórdão embargado	483
19.3.1.2. Características do acórdão paradigma	486
19.3.2. Legitimidade e interesse.....	487
19.3.3. Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	489
19.3.4. Ausência de fato impeditivo.....	491
19.3.5. Tempestividade	492
19.4. Procedimento.....	492
19.4.1. Embargos de Divergência no STF	492
19.4.2. Embargos de Divergência no STJ	493
19.5. Efeitos dos Embargos de Divergência	494
19.5.1. Efeito devolutivo.....	494
19.5.2. Efeito suspensivo	495
19.5.3. Efeito regressivo e efeito extensivo	496
20. AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	497
20.1. Noções gerais.....	497
20.2. Requisitos de admissibilidade.....	498
20.2.1. Cabimento	498
20.2.2. Tempestividade	499
20.2.3. Legitimidade e interesse.....	499

20.3. Procedimento.....	500
20.4. Efeitos do agravo em execução	501

PARTE III
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

21. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL	505
22. REVISÃO CRIMINAL.....	509
22.1. Noções gerais.....	509
22.2. Condições da ação	512
22.2.1. Interesse de agir: hipóteses de cabimento previstas em lei ...	512
22.2.1.1. Contrariar o texto expresso da lei penal.....	516
22.2.1.1.1. Revisão criminal e a mudança jurisprudencial	517
22.2.1.2. Contrariar a evidência dos autos	522
22.2.1.3. Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos	525
22.2.1.4. Após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado.....	527
22.2.2. Interesse de agir: adequação e necessidade.....	532
22.2.3. Legitimidade	535
22.3. Pressupostos processuais	538
22.3.1. Competência.....	539
22.4. Procedimento.....	540
22.5. <i>Standard</i> de prova e ônus da prova	543
22.6. Resultados da revisão criminal.....	545
22.7. Efeitos da sentença absolutória.....	548
22.8. Coisa julgada e repositura da revisão criminal	551
22.9. Indenização pelo erro judiciário	551
23. HABEAS CORPUS	555
23.1. Natureza jurídica	555
23.2. Notícias históricas	555
23.3. Tutela jurisdicional	556

23.4.	Condições da ação	559
23.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	559
23.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	561
23.4.3.	Legitimidade	567
23.4.3.1.	Legitimados ativos.....	567
23.4.3.2.	Legitimado passivo	569
23.5.	Pressupostos processuais	571
23.6.	Competência.....	573
23.7.	Procedimento.....	575
23.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	579
23.9.	<i>Habeas corpus</i> coletivo	583
23.9.1.	Antecedentes e sua criação jurisprudencial	583
23.9.2.	Ausência de disciplina legal do <i>habeas corpus</i> coletivo	588
23.9.3.	Dos direitos passíveis de tutela pelo <i>habeas corpus</i> coletivo	590
23.9.4.	Dos legitimados para a propositura do <i>habeas corpus</i> coletivo	595
23.9.5.	Da coisa julgada no <i>habeas corpus</i> coletivo	596
23.9.6.	Da litispendência no <i>habeas corpus</i> coletivo e as alternativas para os <i>habeas corpus</i> individuais pendentes	603
23.9.7.	A liminar no <i>habeas corpus</i> coletivo	606
23.9.8.	Críticas e dificuldade ao <i>habeas corpus</i> coletivo.....	607
24.	RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS	615
24.1.	Noções gerais.....	615
24.2.	Requisitos de admissibilidade.....	615
24.2.1.	Cabimento	615
24.2.2.	Legitimidade	617
24.2.2.1.	Desnecessidade de procuração no recurso em <i>habeas corpus</i>	618
24.2.3.	Interesse recursal	620
24.2.4.	Ausência de fato impeditivo.....	621
24.2.5.	Tempestividade	621
24.3.	Procedimento.....	621

24.4. Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	622
25. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL	625
25.1. Natureza jurídica	625
25.2. Notícias históricas	625
25.3. Tutela jurisdicional	626
25.4. Condições da ação	626
25.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	626
25.4.1.1. Mandado de segurança contra medidas cautelares patrimoniais	629
25.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	631
25.4.2.1. A adequação: natureza do direito tutelado	631
25.4.2.2. A adequação: comprovação documental do direito líquido e certo.....	633
25.4.3. Legitimidade	635
25.4.3.1. Legitimados ativos.....	635
25.4.3.2. Legitimado passivo	635
25.5. Pressupostos processuais	637
25.6. Competência.....	639
25.7. Procedimento.....	640
26. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	645
26.1. Noções gerais.....	645
26.2. Requisitos de admissibilidade	645
26.2.1. Cabimento	645
26.2.2. Legitimidade	646
26.2.3. Interesse recursal	647
26.2.4. Ausência de fato impeditivo.....	647
26.2.5. Tempestividade	647
26.3. Procedimento.....	647
26.4. Efeitos do recurso ordinário	648
27. RECLAMAÇÃO	651
27.1. Notícias históricas	651

28 | MANUAL DOS RECURSOS PENAIS

27.2.	Natureza jurídica	653
27.3.	Tutela jurisdicional	659
27.4.	Condições da ação	661
27.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	661
27.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	662
27.4.3.	Legitimidade	664
27.4.3.1.	Legitimados ativos	664
27.4.3.2.	Legitimado passivo	664
27.5.	Pressupostos processuais	665
27.6.	Competência	665
27.7.	Procedimento	667
28.	EMBARGOS DE TERCEIRO	673
28.1.	Natureza	673
28.2.	Cabimento	674
28.3.	Momento	674
28.4.	Competência	675
28.5.	Procedimento	676
28.6.	Recursos	678
29.	EMBARGOS DO ACUSADO	681
29.1.	Cabimento	681
29.2.	Procedimento	681
30.	EMBARGOS DO TERCEIRO DE BOA-FÉ	687
30.1.	Cabimento	687
30.2.	Procedimento	688
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	689